

INCONSISTÊNCIAS EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE – O CASO SUZANO

INCONSISTENCIES IN SUSTAINABILITY REPORTS – THE CASE SUZANO

Marcelo Porte

Universidade do Minho
marcelo_porte@hotmail.com

Eliane Sampaio

Universidade Federal do Maranhão
elianessampaio@hotmail.com

Vera Godilho

Universidade de Aveiro
veragodinho@ua.pt

Graça Azevedo

Universidade de Aveiro
graca.azevedo@ua.pt

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se evidenciar as inconsistências do Relatório de Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose no ano de 2009 e 2010. Partindo de uma análise documental a respeito dos 30 indicadores ambientais constantes em relatório, é realizado um comparativo dessas informações ao modelo *Global Reporting Initiative* (GRI), evidenciando o grau de comprometimento e veracidade no tocante aos indicadores ambientais adotados pela empresa. Foi detectado que há divergências no nível de atendimento dos indicadores declarado pela empresa, além de serem perceptíveis os erros envolvendo os valores que quantificavam os materiais utilizados na produção sem que fosse evidenciada qualquer notificação que esclarecesse o motivo das diferenças apresentadas, dando a entender que seus relatórios não possuem um grau de confiabilidade desejável. Estudos similares são necessários para averiguar se o fato descoberto através desta pesquisa é uma prática comum envolvendo os Relatórios de Sustentabilidade ou uma situação pontual.

PALAVRAS-CHAVE

Contabilidade Ambiental, *Global Reporting Initiative* (GRI), Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Corporativa, Indústria.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the inconsistencies of the Sustainability Report Suzano in 2009 and 2010. From an analysis of documents about the 30 environmental indicators contained in the report, a comparison is made of this information to model the *Global Reporting Initiative* (GRI), showing the degree of commitment and truthfulness in regard to environmental indicators adopted by the company. We have detected that there are differences in level of service indicators reported by the company, and are noticeable errors involving the values that quantified the materials used in production without any notification that it was evident to clarify the reason for the differences observed, implying that their reports do not have a degree of reliability desired. Similar studies are needed to ascertain whether the fact discovered through this research is a common practice involving the Sustainability Reports point or situation.

KEYWORDS

Environmental Accounting, *Global Reporting Initiative* (GRI), Sustainable Development, Corporate Social Responsibility, Industry.

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as empresas preocuparam-se apenas com a geração de lucros não dando a devida atenção aos impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. Com a conscientização da sociedade esse cenário começou a mudar, as empresas viram-se obrigadas a migrarem para a nova tendência.

Devido à necessidade de informar aos seus *stakeholders* as ações praticadas quanto à recuperação e investimentos em relação ao meio ambiente, coube a Contabilidade adaptar-se ao novo cenário econômico servindo como ferramenta de suma importância para mensuração e divulgação, auxiliando os gestores no processo de tomada de decisão.

Empresas como 3M, Air France-KLM, Allianz, Ambev, Vodafone Group, dentre outras, já adotam os indicadores da GRI para elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. Milne e Gray (2008) relatam em seu estudo que mais de 883 organizações alegam utilizar o modelo das diretrizes da GRI em seus relatórios.

Assim sendo, surge a dúvida: apesar da não obrigatoriedade da divulgação dos relatórios de sustentabilidade, as empresas estão utilizando este fator para ganhar espaço na mídia e se auto-declarar sustentável, alavancando assim sua imagem, ou estão de fato interessadas em promover o desenvolvimento social? Para Gray (2006) isso não é responsabilidade e não se trata de sustentabilidade.

Neste sentido, partindo dos conceitos de Contabilidade Ambiental e do modelo GRI, a presente pesquisa propõe-se avaliar as informações ambientais voluntárias divulgadas pela empresa Suzano Papel e Celulose fazendo um comparativo entre os dados apresentados nos relatórios de 2009 e 2010 (Suzano, 2009 e 2010), observando se estão de acordo com as definições apresentadas pelo modelo GRI. Vale ressaltar que a pesquisa que se segue tem como base o estudo desenvolvido por Gray (2010), o qual descreve a evolução da prestação de contas envolvendo as questões ambientais das empresas para com seus *stakeholders*, evidenciando a problemática que gira em torno de tais divulgações.

2. OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O objetivo deste trabalho é analisar o nível de divulgação de informações dos aspectos ambientais que compõem o Relatório de Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose nos anos de 2009 e 2010 em relação às diretrizes de evidenciação determinadas pelo modelo *Global Reporting Initiative* (GRI).

Através de uma análise das diretrizes ambientais do modelo GRI procura-se identificar os indicadores a serem abordados na presente pesquisa e qual o nível de evidenciação dos aspectos ambientais da empresa, além de comparar a sua evidenciação com o modelo GRI.

A presente pesquisa destina-se ao destaque da importância da Contabilidade Ambiental assim como enfatizar a necessidade de um crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável, onde a preocupação principal das empresas deixa de ser a maximização dos lucros passando a ser priorizado o respeito ao meio ambiente.

A pesquisa delimita-se a comparação dos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2009 e 2010 (Suzano, 2009 e 2010), por serem os mais atuais, da empresa Suzano Papel e Celulose e a devida análise crítica dos resultados, comparando o relatório por ela emitido ao modelo GRI.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa está voltada para uma análise qualitativa das evidenciações ambientais divulgadas pela empresa Suzano Papel e Celulose em seus relatórios de 2009 e 2010 (Suzano, 2009 e 2010) verificando sua exatidão perante o modelo GRI.

O ponto principal é a análise crítica das informações, através de uma pesquisa documental, evidenciando os esforços despendidos pela empresa na recuperação das áreas afetadas por suas atividades assim como a falta destes, onde torna-se possível a averiguação da veracidade das informações.

Vale ressaltar que não serão todos os aspectos do relatório que serão avaliados, cabendo à pesquisa a evidenciação e análise apenas dos aspectos ambientais visando à informação do cumprimento, ou não, dos padrões exigidos pelo modelo GRI em relação ao meio ambiente.

Ao todo são 30 indicadores ambientais que serão comparados de um ano para o outro, analisando se a empresa divulga de forma clara não somente os pontos positivos assim como os pontos negativos originados por sua atividade tanto no processo de retirada de matéria-prima como no processo de produção.

Os resultados obtidos servirão como base para determinar até que ponto a empresa se compromete com a questão ambiental e se o que está divulgado em seus relatórios procura realmente atender aos anseios de seus *stakeholders*, tornando pública toda e qualquer ação voltada para a preservação e reparo dos danos provocados por sua atividade ou se o relatório vem a ser apenas uma forma conveniente da empresa garantir posição no mercado.

4. INDICADORES DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A necessidade de evidenciar as informações de cunho ambiental fez com que houvesse a implantação de normas e diretrizes que orientassem a elaboração dos relatórios. O modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI) tem sido amplamente utilizado em diversos países, onde, tanto as empresas do setor privado, como evidencia o estudo de Vergragt e Brown (2008), quanto do público Guthrie e Farneti (2008), se valem de várias diretrizes e orientações para o preparo de seus relatórios.

O modelo proposto pela GRI procura servir como base para a elaboração de Relatórios Sustentáveis, podendo ser utilizado por empresas de pequeno, médio e grande porte em qualquer localidade. O mesmo é divulgado de forma voluntária e agora a GRI vem “trabalhando em versões setoriais com mais relevância específica para as empresas em setores particulares (por exemplo, mineração, automotivo, química e serviços financeiros)”. (Willis, 2003, p. 235).

Segundo Ardente, Beccali e Cellura (2003) o modelo G3 da GRI serve como um facilitador no processo de normalização, sendo preciso e possuindo integralidade, confiabilidade, equilíbrio e justiça.

As orientações dadas pelas diretrizes da GRI mostram as informações a serem anunciadas, que são relevantes e essenciais para as organizações e do interesse da maior parte dos *stakeholders*, em três categorias. Segundo a GRI (2006, p. 20) são:

- Perfil – Informações que ajudam a compreender o desempenho organizacional, abrangendo sua estratégia, perfil e governança;

- Forma de Gestão – apresenta a forma como a organização aborda determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para compreender o desempenho da organização em uma área específica;
- Indicadores de Desempenho – mostra informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

De acordo com Azapagic (2004, p. 656) “o desenvolvimento sustentável é um conceito holístico e, idealmente, devemos nos esforçar para considerar todos os três pilares da sustentabilidade simultaneamente”. O mesmo autor ainda relata que na teoria é possível conseguir, já na prática é mais complicado.

De acordo com Krajnc e Glavic (2005), no âmbito de obter o desenvolvimento sustentável as empresas devem ter consciência de que há muita coisa a ser melhorada. O futuro da organização dependerá do seu desempenho tecnológico, social e econômico.

A GRI ainda disponibiliza um nível de classificação (A, B e C) em que as empresas que optam por seu modelo podem demonstrar sua evolução no atendimento aos critérios estabelecidos por suas diretrizes. Quando uma empresa submete seus relatórios à auditoria da GRI, ela pode inserir em seu nível o símbolo “+”, comprovando assim sua adequação e comprovação por parte da GRI. Até 2010 as empresas que submetiam seus relatórios a exames de terceiros obtinham tal símbolo, a partir de 2011 a empresa só pode se enquadrar na classificação “+” se submeter seus relatórios ao exame da GRI. (Sustentare Consulting, 2011).

5. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os relatórios de sustentabilidade têm se tornado ferramentas valoráveis para aqueles que desejam avaliar a saúde sustentável da empresa e influenciar a tomada de decisões. (Krajnc e Glavic, 2005).

Na grande maioria, pode ser visto que os relatórios de sustentabilidade das empresas são bons no que tange as informações sobre suas atividades, contudo são poucos que explicam o porquê do que está sendo feito e as suas escolhas. (Tsang, Welford e Brown, 2009).

Nos dias atuais, uma empresa que não se preocupa com o social e o ambiental perde lugar no mercado, pois os consumidores estão cada vez mais exigentes cobrando de forma ativa ações por parte das empresas no que diz respeito à preservação ambiental, havendo a necessidade cada vez maior de aplicabilidade de uma contabilidade social. (Gray, 2010).

Em um estudo realizado por Dingwerth e Eichinger (2010) no qual procuraram avaliar a ligação entre a transparência e a responsabilização dos relatórios de sustentabilidade de 10 indústrias automobilísticas, baseado no modelo GRI, os mesmos relatam em suas conclusões que “os relatórios fornecem uma série de informações sobre aspectos relacionados à sustentabilidade das atividades empresariais, mas a informação permanece incomparável, e assim, em grande parte incompreensível e de valor limitado para os diferentes públicos.” (Dingwerth e Eichinger, 2010, p. 91).

Para Schadewitz e Niskala (2010) as divulgações dos relatórios de sustentabilidade, baseadas no modelo GRI, servem de apoio para uma avaliação mais precisa de uma organização no mercado, principalmente pelo fato de que as contribuições dos relatórios vão além do que os livros podem prever.

Em estudos realizados por Milne e Gray (2008), no qual procuraram avaliar nas empresas as tendências internacionais para divulgação dos relatórios de sustentabilidade, os mesmos são enfáticos em suas

conclusões declarando que apesar do aumento significativo das empresas que divulgam de forma voluntária os seus relatórios de sustentabilidade, tais relatórios permanecem com qualidade de conteúdo questionável.

6. SUZANO PAPEL E CELULOSE

A seguir poderá ser feita a verificação e análise dos indicadores ambientais do modelo GRI adotado pela empresa Suzano Papel e Celulose, sendo um total de 30 indicadores. A pesquisa destina-se a verificação da adequação dos relatórios dos anos de 2009 e 2010 divulgados pela empresa ao modelo GRI.

6.1. ASPECTO: MATERIAIS

- EN1: Materiais usados por peso ou volume.

A Suzano divulga através de tabelas a variação dos três últimos anos dos valores referentes ao consumo de matérias-primas e materiais por unidade industrial e florestal. Faz-se necessário salientar que o relatório de 2010 contém diferenças em relação aos valores apresentados em 2009, a empresa não declara em nenhum dos dois relatórios o porquê de tal diferença e também não apresenta nenhuma retificação que evidencie e confirme tal erro.

Apesar dos relatórios divulgados pela Suzano serem submetidos a exames de terceiros o nível de qualidade das informações ainda deixa a desejar. Milne e Gray (2008) afirmam em seus estudos que a qualidade das informações repassadas à sociedade está diretamente ligada ao rigor com que tais relatórios são submetidos à auditoria. Apesar dos erros de informação quanto aos valores dos consumos, a Suzano atende ao indicador EN1 de acordo com as exigências do modelo adotado.

- EN2: Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.

A empresa divulga o consumo de materiais usados provenientes de reciclagem de três das suas quatro Unidades Industriais. Contudo, a empresa não esclarece em seus relatórios o porquê da Unidade Industrial Mucuri não estar inclusa nos valores apresentados. Mesmo divulgando os valores referentes a apenas três Unidades o indicador em questão é atendido em 2009 e 2010.

6.2. ASPECTO: ENERGIA

- EN3: Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

Mediante verificação dos relatórios e com base nos critérios de adequação fornecidos pela GRI pode-se concluir que a empresa atende ao indicador EN3 nos dois anos analisados.

- EN4: Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.

A Suzano não atende ao indicador EN4 nos anos de 2009 e 2010, assim como também não esclarece o motivo pelo qual não foi atendido, impossibilitando aos interessados pelas informações terem uma perspectiva de adequação futura por parte da empresa ao indicador analisado. Para Dingwerth e Eichinger (2010) o conteúdo das informações divulgadas afeta diretamente as decisões tomadas pelos *stakeholders*, quanto menor for o grau de informações repassadas, maiores serão as divergências nas decisões.

- EN5: Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

A Suzano declara atender ao indicador, mas se vale da mesma tabela utilizada para o indicador EN3 para repassar as informações referentes ao indicador EN5. Em comparação ao modelo GRI é possível perceber a falta da informação referente ao valor total de energia economizada em *joules* ou seus múltiplos, a variação do consumo só passa a ser conhecida quando o usuário avalia de forma criteriosa os consumos apresentados nas tabelas divulgadas referentes a 2009 e 2010.

➤ EN6: Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

Mediante as informações contidas nos relatórios de 2009 e 2010 é possível concluir que a empresa atende ao indicador analisado nos dois anos.

➤ EN7: Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.

A Suzano não atende ao indicador EN7 assim como também não faz menção sobre o mesmo, ele apenas se encontra no índice remisso dos indicadores marcado como não atendido em ambos os anos analisados.

6.3. ASPECTO: ÁGUA

➤ EN8: Total de retirada de água por fonte.

A Suzano atende ao indicador EN8 em 2009 e 2010.

➤ EN9: Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.

Em 2009 o indicador EN9 aparece no índice remissivo da GRI como atendido, mas na tabela de divulgação do indicador ele consta como atendido parcialmente. Sob a análise das informações contidas nos relatórios e a comparação ao modelo GRI, é possível perceber que a Suzano atende parcialmente em 2009 e 2010 ao indicador EN9, mas declara atendê-lo em sua plenitude, sendo que o grau de informação fornecida é insatisfatório para sua devida adequação ao indicador.

Apesar da evolução no nível das informações divulgadas através de relatórios, é notório que a qualidade destas ainda deixa a desejar. Gray (2010) menciona em sua pesquisa que os relatórios, em sua maioria, tendem a não oferecer nenhuma evidência ou raciocínio que conecta o funcionamento das organizações com a calamitosa situação do planeta, ou seja, as empresas priorizam a divulgação das boas ações para com o meio ambiente, mas esquecem do mais importante que é a evidenciação dos impactos decorrentes de suas atividades.

➤ EN10: Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.

A Suzano não atende ao indicador EN10 tanto em 2009 como em 2010.

6.4. ASPECTO: BIODIVERSIDADE

➤ EN11: Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

A Suzano atende ao indicador nos dois anos analisados, informando todas as áreas que são consideradas legalmente protegidas assim como as áreas destinadas a preservação permanente.

➤ EN12: Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

A Suzano declara atender ao indicador em questão, mas não há esclarecimentos em seus relatórios de 2009 e 2010 a respeito dos itens solicitados pela GRI. A partir da análise deste indicador fica evidente que os resultados aqui encontrados vão de acordo com os estudos de Tsang et al. (2009) no qual eles afirmam que as empresas tendem a divulgar informações sobre o que seria mais fácil divulgar, e não informações necessariamente importantes.

Analisando o conteúdo das informações fornecidas pela Suzano em relação ao indicador EN12 é evidente que a empresa não se adéqua de fato ao indicador em questão.

- EN13: Habitats protegidos ou restaurados.

A Suzano atende ao indicador EN13 em 2009 e 2010.

- EN14: Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

A Suzano informa em seus relatórios os compromissos assumidos para a recuperação e preservação das áreas onde possui investimentos. A partir da análise dos relatórios dos dois anos é perceptível a procura por melhorias em relação à conservação da biodiversidade por parte da Suzano, sendo assim, a empresa se adéqua ao modelo GRI em relação ao indicador EN14.

- EN15: Número de espécies na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.

A Suzano não atende ao indicador EN15.

6.5. ASPECTO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

- EN16: Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.

Em seu relatório de 2009 a Suzano divulga apenas os valores referentes às emissões de 2006, 2007 e 2008, não fornecendo informações sobre o ano em questão. Em 2010 a empresa menciona no texto que a apuração referente a 2009 totalizou 981.646t de CO₂, mas divulga na tabela representativa do indicador EN16 o valor de 743.140t de CO₂, não havendo menção do porquê da diferença nos valores. Apesar do erro é possível afirmar a adequação da Suzano ao indicador EN16. É notável que a credibilidade da informação foi afetada devido ao atrito dos valores repassados, evidenciando mais uma vez a fragilidade do conteúdo dos relatórios divulgados pela empresa. Por este motivo é de fundamental importância a submissão dos relatórios de sustentabilidade a auditoria da GRI, dando assim maior credibilidade às informações.

- EN17: Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.

De acordo com as informações divulgadas a Suzano atende ao indicador EN17 tanto em 2009 como em 2010, segundo as diretrizes GRI.

- EN18: Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.

Em relação ao indicador EN18, consta no índice remissivo do relatório de 2009 que a Suzano o atende, mas ao verificar a informação ao longo do conteúdo do relatório a empresa declara atender parcialmente tal indicador, havendo atrito nas informações declaradas. Apesar do erro mencionado, a Suzano atende ao indicador EN18.

- EN19: Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.

A Suzano não atende ao indicador EN19 em ambos os anos analisados, apesar de mencionar que a tabela de Gestão de Emissões além de se referir ao indicador EN20 também se refere ao EN19.

- EN20: NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

A Suzano atende ao indicador EN20 tanto em 2009 quanto em 2010, evidenciando que adota o levantamento da pegada de carbono através da metodologia PAS 2050 para identificar os gases decorrentes de todo o processo produtivo que engloba desde a retirada da matéria-prima até a venda do produto.

- EN21: Descarte total de água, por qualidade e destinação.

A Suzano atende ao indicador EN21 em 2009 e 2010 informando em seus relatórios os mecanismos destinados à recuperação dos seus efluentes, além da reutilização de alguns materiais resultantes do seu processo produtivo.

- EN22: Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

A Suzano atende ao indicador EN22 nos dois anos analisados, a empresa se vale de uma tabela com os três últimos anos para apresentar os valores referentes ao peso total de resíduos perigosos e não perigosos conforme exigência da GRI.

- EN23: Número e volume total de derramamentos significativos.

Em 2009 a Suzano declara atender ao indicador EN23 e menciona não ter ocorrido nenhum derramamento significativo em suas fábricas, já em 2010 a empresa informa em seu índice remissivo não atender ao indicador e não esclarece os motivos pelos quais tal indicador não foi atendido. A ausência de informações a respeito deste indicador em 2010 nos leva a questionar se houve ou não derramamentos que afetassem o meio ambiente. Para Azapagic (2004, p. 651) a clareza e minuciosidade das informações são imprescindíveis, pois “os indicadores ambientais refletem não apenas as principais questões ambientais, mas também a escala de magnitude dos impactos”.

- EN24: Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

O indicador EN24 é atendido tanto em 2009 como em 2010, a Suzano evidencia o peso dos resíduos através da tabela Gestão de Efluentes e Resíduos assim como fez com o indicador EN22.

- EN25: Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d’água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.

A Suzano repassa poucas informações sobre o indicador EN25 em seus relatórios, não se sabe ao certo a influência gerada pelo descarte das águas utilizadas em seu processo produtivo sobre o meio ambiente. Para Gasparino e Ribeiro (2007, p. 113) “torna-se cada vez mais forte a premissa de que apenas fazer não basta, mas que se deve divulgar o que é feito, como é feito e com quais recursos, bem como o montante envolvido e quais os benefícios gerados”.

6.6. ASPECTO: PRODUTOS E SERVIÇOS

- EN26: Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Em seus relatórios de 2009 e 2010 a Suzano informa a prática de algumas ações visando a redução dos impactos dos seus produtos sobre o meio ambiente. Mediante comparação dos relatórios apresentados pela Suzano ao modelo GRI é perceptível a falta de algumas informações solicitadas pelo modelo, por exemplo, não há um relato quantitativo a respeito das ações voltadas para a redução dos impactos, a empresa apenas informa superficialmente suas ações. Bufoni e Ferreira (2006) evidenciam em suas conclusões que as empresas tendem a utilizar os demonstrativos como peças de marketing, onde são divulgadas apenas as ações voltadas para a preservação do meio ambiente, deixando de lado informações necessariamente relevantes tais como, os impactos decorrentes de suas atividades sobre o meio ambiente.

- EN27: Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.

Em 2009 a Suzano não atende ao indicador EN27, mencionando-o apenas no índice remissivo como não atendido, já em 2010 a empresa declara adequar-se ao indicador e utiliza as mesmas informações referentes ao indicador EN26 para referir-se ao EN27.

6.7. ASPECTO: CONFORMIDADE

- EN28: Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Em relação ao indicador EN28 a Suzano declara em seu relatório de 2009 ter recebido dois autos de infração decorrentes das emissões de odor em 2008. Em 2010, informa não ter recebido nenhum tipo de multa ou sanção referente a não conformidade às leis ambientais e explica que isso se deve ao fato da empresa investir na redução e reparo dos impactos decorrentes de suas atividades. Mediante tais informações é perceptível a adequação ao indicador EN28 em ambos os anos.

6.8. ASPECTO: TRANSPORTE

- EN29: Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.

O indicador EN29 é mencionado no índice remisso do relatório de 2009 como atendido, mas sua evidenciação no texto informa que foi atendido parcialmente, havendo mais uma vez atrito nas informações repassadas. Em 2010 a Suzano informa que utiliza o Inventário de Emissões para nortear suas ações no âmbito ecológico. Comparando os relatórios divulgados ao modelo GRI é possível perceber que a Suzano pouco divulga a respeito dos impactos oriundos do transporte, tanto dos seus produtos quanto dos seus funcionários.

6.9. ASPECTO: GERAL

- EN30: Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

A Suzano declara atender ao indicador EN30 parcialmente no ano de 2009 e por completo no ano de 2010, mas a qualidade da informação de um ano para o outro não mudou. Este indicador evidencia todas as ações praticadas pela empresa no reparo e preservação do meio ambiente, o baixo grau de informação repassada em seus relatórios comprova que a empresa ainda não se volta por completo às

questões ambientais. Gray (2010) é enfático ao mencionar em seus estudos que as empresas estão dispostas a mover os recursos necessários a fim de convencer a sociedade, o governo e até elas próprias, de que não estão contribuindo para a insustentabilidade do planeta e que no mínimo estão em um caminho rumo à sustentabilidade.

7. ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise do Relatório de Sustentabilidade de 2009 divulgado pela Suzano, tem-se a Tabela 1 indicando o grau de adequação por parte da empresa aos indicadores ambientais propostos pelo modelo GRI:

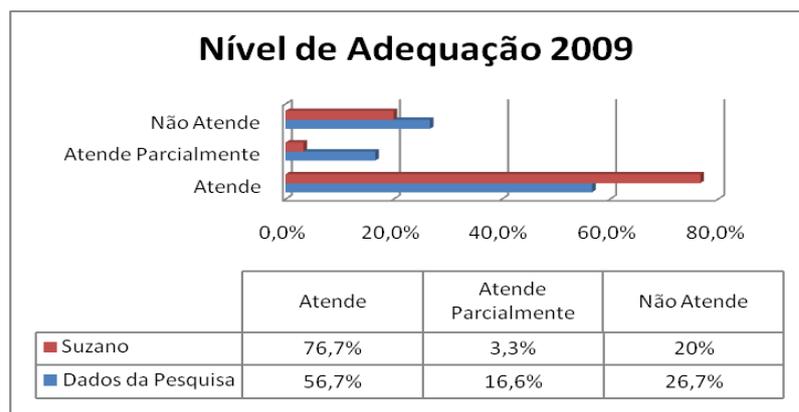
Tabela 1: Nível de adequação ao modelo GRI em 2009

NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	INDICADORES 2009	TOTAL	%
Atende	EN1, EN2, EN3, EN6, EN8, EN11, EN13, EN14, EN16, EN17, EN18, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24, EN28	17	56,7%
Atende Parcialmente	EN5, EN9, EN25, EN26, EN30	5	16,6%
Não Atende	EN4, EN7, EN10, EN12, EN15, EN19, EN27, EN29	8	26,7%

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base nas informações contidas no Gráfico 1 é possível perceber que a empresa atende a quase 57% dos indicadores de desempenho ambiental propostos pela GRI, segundo consta no índice remissivo divulgado pela empresa quanto a adequação aos indicadores, esse percentual chega a quase 77%, é perceptível a diferença quanto a divulgação da empresa e a análise proposta pelo estudo, tal diferença pode ser explicada com base no grau de criteriosidade adotado para que a pesquisa fosse realizada, pois não basta informar que atende ao indicador analisado, a empresa precisa provar sua adequação através de informações condizentes com a sua realidade seguindo o grau de exigência encontrado no modelo GRI.

Gráfico 1 – Nível de adequação ao modelo GRI em 2009



Fonte: Dados da Pesquisa

Apesar da crescente necessidade de divulgação das informações ambientais há de se convir que os relatórios não satisfazem por completo os anseios dos seus usuários. Gasparino e Ribeiro (2007, p. 113) evidenciam em suas conclusões que “os relatórios publicados até agora são ainda bastante subjetivos, com muitas informações qualitativas, mas sem padronização, o que dificulta a comparabilidade das informações e, em parte, compromete sua credibilidade.”

Quanto à adequação parcial dos indicadores a pesquisa mostra que 16,6% dos indicadores foram atendidos parcialmente, isso por que o nível das informações contidas nos relatórios não satisfaz aos requisitos de adequação contidos no modelo adotado. A Suzano declara atender parcialmente apenas um indicador, o que corresponde a 3,3% do total, segundo mostra os resultados da pesquisa essa adequação parcial é bem maior do que divulga a Suzano. A não adequação segundo a pesquisa corresponde a 26,7% contra 20% divulgados pela empresa, essa diferença corresponde a dois indicadores que a Suzano declara atender, mas segundo análise é visível a falta de informação necessária para atender aos indicadores analisados.

Os dados, quanto ao nível de adequação aos indicadores ambientais de 2010, obtidos através da análise do Relatório de Sustentabilidade divulgado pela Suzano constam na Tabela 2 a seguir:

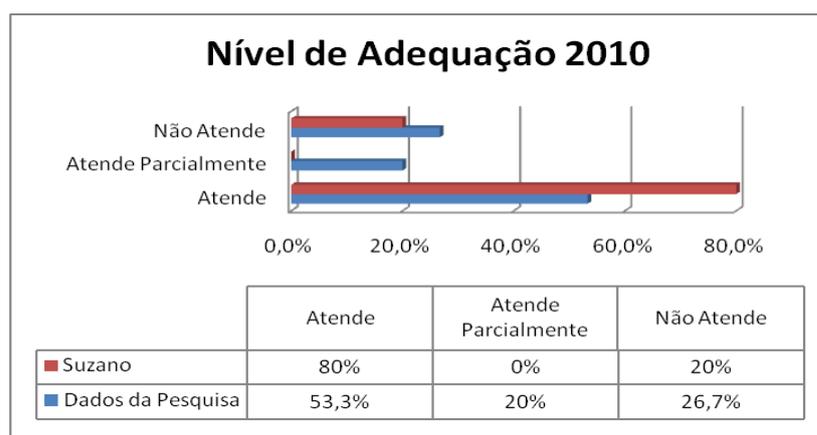
Tabela 2: Nível de adequação ao modelo GRI em 2010

NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	INDICADORES 2010	TOTAL	%
Atende	EN1, EN2, EN3, EN6, EN8, EN11, EN13, EN14, EN16, EN17, EN18, EN20, EN21, EN22, EN24, EN28	16	53,3%
Atende Parcialmente	EN5, EN9, EN25, EN26, EN27, EN30	6	20%
Não Atende	EN4, EN7, EN10, EN12, EN15, EN19, EN23, EN29	8	26,7%

Fonte: Dados da Pesquisa

Mediante o confronto das informações divulgadas pela Suzano com a análise realizada é possível chegar a uma diferença considerável quanto ao nível de adequação. A Suzano declara através de seu índice remissivo atender a 80% dos indicadores enquanto que nos valores referentes à pesquisa a empresa adéqua-se apenas a 53,3%. Em relação ao atendimento parcial dos indicadores o índice remissivo de 2010 apresenta que não houve nenhuma adequação parcial, mas a análise apresenta que 20% dos indicadores foram atendidos parcialmente. A partir dos valores encontrados tem-se a Gráfico 2 representando de forma mais clara o nível de adequação aos indicadores no ano de 2010:

Gráfico 2 – Nível de adequação ao modelo GRI em 2010



Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao não atendimento dos indicadores, com base nas informações emitidas pela Suzano, apenas 20% dos indicadores ambientais não foram atendidos, enquanto que a pesquisa demonstra que a não adequação corresponde a 26,7%. Todas as diferenças apresentadas em relação ao nível de adequação referem-se à confrontação dos Relatórios de Sustentabilidade divulgados pela Suzano ao modelo GRI, os critérios apresentados pelo modelo não foram atendidos em sua plenitude pela Suzano ocasionando

a diferença divulgada pela pesquisa. O nível das informações repassadas e as diferenças encontradas afetam substancialmente a qualidade dos relatórios divulgados pela empresa. Gray (2010, p. 18) ao analisar o papel da contabilidade social e os relatórios divulgados pelas empresas destaca que “se estes relatórios são os melhores que a contabilidade social pode oferecer, o ceticismo sobre a importância da contabilidade social seria provavelmente justificado.”

8. CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho voltou-se para a verificação do grau de atendimento aos indicadores ambientais por parte da empresa Suzano Papel e Celulose. Para tal, foram utilizados os Relatórios de Sustentabilidade divulgados pela empresa referentes aos anos de 2009 e 2010, comparando-os ao modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Além disso, foi possível identificar o grau de evidência da empresa Suzano, comparando seus relatórios ao modelo adotado, avaliando o nível das informações repassadas aos seus usuários e destacando se a empresa se compromete em fornecer dados que relatem tanto suas ações voltadas para a preservação do meio ambiente como os impactos oriundos de sua atividade. Gray (2010) declara em sua pesquisa que as grandes empresas estão entre os principais influenciadores da insustentabilidade do planeta e que o nível das informações repassadas ainda deixa a desejar, pois o avanço envolvendo a prestação de contas das questões ambientais não é rápido o suficiente para lidar com a crítica realidade do planeta.

Foi detectado que os relatórios de sustentabilidade apontam lados meramente e superficialmente positivos, não objetivando por completo toda a complexidade que o assunto envolve. Esta opinião, aliada às informações também colocadas no trabalho nos mostram que a visão dos *stakeholders* se volta para este positivismo vendido como marketing ambiental, levantando uma imagem ecológica e colocando-a em evidência em relatórios inconclusivos, promovendo a imagem de que a Suzano possui um perfil corporativo repassado e reforçado como de uma empresa consciente e ligada aos impactos ambientais que esta provoca. Partindo dos resultados encontrados pode-se afirmar que somos convidados a acreditar que há uma esmagadora motivação comercial para a sustentabilidade. (Oberndorfer, 2004).

Os dados coletados nos mostram uma grande incoerência com relação aos números divulgados. Vimos também que a não obrigatoriedade das informações ambientais juntamente com os relatórios contábeis, por uma questão meramente legislativa, nos diz que a visão aparente desta companhia, sempre será ligada a de uma empresa voltada positivamente a todas estas questões de sustentabilidade. Milne e Gray (2008) associam esta baixa qualidade dos relatórios ao fato de que dentre todos os relatórios divulgados em 2008, menos de 200 atingiram o nível A determinado pelo nível de adequação da GRI, sendo submetidos a uma verificação externa. Além disso, verificaram que a existência dos níveis B e C acabam permitindo a divulgação de relatórios geralmente com um menor nível de qualidade.

A partir da temática abordada, torna-se clara a necessidade de mais pesquisas voltadas para a análise dos relatórios divulgados voluntariamente, para que seja possível averiguar até que ponto as empresas estão realmente comprometidas com a preservação ambiental ou se os erros aqui encontrados compõem um quadro de total descaso envolvendo a divulgação das informações ambientais.

BIBLIOGRAFIA

- Ardente, F., Beccali, G. & Cellura, M. (2003). Eco-sustainable energy and environmental strategies in design for recycling: the soft-ware "Endless". *Ecological Modelling*, 163(1-2), 101-118.
- Azapagic, A. (2004). Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry, *Journal of Cleaner Production*, 12(6), 639-662.
- Bufoni, A. & Ferreira, A. (2006). A Assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: Um estudo comparativo Brasil x EUA, 8(31), 20-26. Rio de Janeiro: Pensar Contábil.
- Dingwerth, K. & Eichinger, M. (2010). Tamed Transparency: How Information Disclosure under the Global Reporting Initiative Fails to Empower, *Global Environmental Politics*, 10(3), 74-93.
- Gasparino, M. & Ribeiro, M. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos EUA e Brasil, 1, 102-115. *RGSA*, *ANPAD*
- Global Reporting Initiative (GRI) (2006). *Diretrizes para relatórios de sustentabilidade*. Retrieved November 15, 2011, from <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5288/DiretrizesG3.pdf>.
- Gray, R. (2006). Social, Environmental and Sustainability Reporting and Organisational Value Creation: Whose value? Whose creation?, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(6) 793-819.
- Gray, R. (2010). A re-evaluation of social, environmental and sustainability accounting: An exploration of an emerging trans-disciplinary field?, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 1(1), 11-32.
- Guthrie, J. & Farneti, F. (2008). GRI Sustainability Reporting by Australian Public Sector Organizations, *Public Money & Management*, 28(6), 361-366.
- Krajnc, D. & Glavic, P. (2005). A model for integrated assessment of sustainable development, *Resources Conservation and Recycling*, 43(2), 189-208.
- Milne, M. & Gray, R. (2008). International trends in corporate 'sustainability' reporting?, *Chartered Accountants Journal of New Zealand*, 87(1), 60-63.
- Oberndorfer, M. (2004). Sustainability Pays Off: An Analysis about the Stock Exchange Performance of Members of the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), *Kommunalkredit Dexia Asset Management. Vienna*, 1-32.
- Schadewitz, H. & Niskala, M. (2010). Communication via Responsibility Reporting and its Effect on Firm Value in Finland, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(2), 96-106.
- Sustentare Consulting (2011). *Alterações na Utilização dos Níveis de Aplicação G3 da Global Reporting Initiative (GRI)*. Retrieved November 15, 2011, from <http://www.sustentare.pt/GRI/e-mail-GRI.html>.
- Suzano Papel e Celulose. *Relatório de Sustentabilidade. 2009*. Retrieved November 10, 2011, from <http://www.suzano.com.br/portal/main.jsp?lumItemId=2C9080C91C0580D8011C0EE32D06485A&lumPageId=2C9080C91BEC59A7011BECC2C3DF2A75>.
- Suzano Papel e Celulose. *Relatório de Sustentabilidade. 2010*. Retrieved November 10, 2011, from <http://www.suzano.com.br/portal/main.jsp?lumItemId=2C9080C91C0580D8011C0EE32D06485A&lumPageId=2C9080C91BEC59A7011BECC2C3DF2A75>.
- Tsang, S., Welford, R. & Brown, M. (2009). Reporting on Community Investment, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(3), 123-136.

Vergragt, P., Brown, H. (2008). Genetic engineering in agriculture: New approaches for risk management through sustainability reporting, *Technological Forecasting and Social Change*, 75(6), 783-798.

Willis, A. (2003). The role of the global reporting initiative's sustainability reporting guidelines in the social screening of investments, *Journal of Business Ethics*, 43(3), 233-237.